



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

Câmara Municipal Pva do Leste-MT	
FL. nº 1001	Rub /

## PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1.865/2025



*Institui a Política Municipal de Segurança nas Escolas, estabelece princípios, objetivos e diretrizes de prevenção, proteção e enfrentamento de violências no ambiente escolar e no seu entorno, dispõe sobre planos locais, comunicação, medidas estruturais e procedimentais, proteção de dados, cooperação intersetorial, parcerias, monitoramento, transparência e regulamentação executiva, e dá outras providências.*

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, APROVOU, E EU PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

### **CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir, no âmbito do Município de Primavera do Leste/MT, a **Política Municipal de Segurança e Cultura de Paz nas Escolas**, destinada a promover um ambiente escolar seguro, acolhedor e propício à aprendizagem.

**Art. 2º** A Política observará os princípios da prevenção, da cultura de paz, da integração intersetorial e da participação da comunidade escolar, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

**Art. 3º** São objetivos fundamentais da Política:

- I - Prevenir e enfrentar todas as formas de violência no ambiente escolar e em seu entorno imediato;
- II - Promover a mediação de conflitos, a justiça restaurativa e a convivência ética;
- III - Articular protocolos de atuação integrada entre os órgãos de educação, segurança pública, saúde e assistência social;



# CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

Câmara Municipal Pva do Leste/MT	
FL nº 002	Rub /

IV - Fomentar a formação continuada de profissionais da educação em temas relacionados à segurança, convivência e saúde mental.

## **CAPÍTULO II DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA**

**Art. 4º** A implementação da Política poderá se dar por meio dos seguintes instrumentos, a serem detalhados em regulamento:

I - Elaboração de **Planos Locais de Segurança e Convivência** em cada unidade de ensino, com diagnóstico de riscos, medidas preventivas, rotas de evacuação acessíveis e cronograma de treinamentos;

II - Adoção de **medidas estruturais e procedimentais de prevenção**, conforme disponibilidade orçamentária, tais como:

- a) Melhorias na iluminação e sinalização do entorno escolar;
- b) Instalação de sistemas de monitoramento por vídeo em áreas comuns, com regras claras de acesso e descarte das imagens, vedada a filmagem em espaços de uso íntimo;
- c) Implementação de dispositivos de alerta rápido para comunicação com os órgãos de segurança;
- d) Controle de **acesso de visitantes e prestadores de serviço**.

III - **Realização de treinamentos e simulados periódicos com a comunidade escolar, contemplando procedimentos de emergência, evacuação acessível e primeiros cuidados psicossociais;**

IV - **Promoção de campanhas educativas permanentes sobre cultura de paz, cidadania digital e prevenção ao bullying;**

V - **Disponibilização de canais de comunicação seguros e confidenciais para o reporte de riscos e ocorrências.**

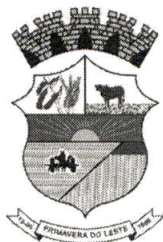
**Art. 5º** Os Planos Locais e os procedimentos de emergência deverão, obrigatoriamente, prever soluções de acessibilidade arquitetônica e comunicacional para garantir a segurança e a participação de pessoas com deficiência.

**Art. 6º** O regulamento definirá diretrizes para a comunicação institucional em situações de crise, visando evitar a disseminação de pânico e boatos, com proteção à imagem das vítimas e em conformidade com a LGPD.

## **CAPÍTULO III DA GOVERNANÇA E DAS PARCERIAS**

**Art. 7º** A execução da Política poderá, conforme critério de avaliação do Poder Executivo Municipal, promover a cooperação intersetorial entre os órgãos municipais de educação,





# CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

Câmara Municipal Pva do Leste-MT	
FL. nº	Rub
003	/

assistência social, saúde, infraestrutura, mobilidade e segurança, na forma do regulamento.

**Art. 8º** Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios, termos de cooperação ou instrumentos congêneres com órgãos estaduais e federais, Ministério Público, Conselhos Tutelares, universidades e organizações da sociedade civil, para apoio técnico, formação e desenvolvimento de ações conjuntas.

**Art. 9º** A participação das instituições privadas de ensino na Política se dará de forma voluntária, mediante adesão formal, nos termos do regulamento.

## CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 10.** A execução da Política será acompanhada por indicadores de processo e de resultado, cujos dados agregados e anonimizados deverão ser publicados anualmente pelo Poder Executivo, garantindo a transparência e o controle social.

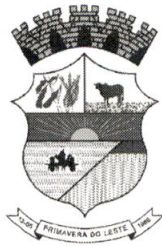
**Art. 11.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, para sua fiel execução, definindo fluxos, responsáveis, padrões técnicos e protocolos necessários.

**Art. 12.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, observada a legislação fiscal e orçamentária.

**Art. 13.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Primavera do Leste/MT, 06 de Outubro de 2025.

MARIANA CARVALHO  
VEREADORA (PL)



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

Camara Municipal Pva do Leste-MT	
FL. nº 004	Rub

## JUSTIFICATIVA

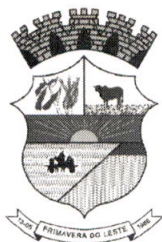
A presente proposição institui a Política Municipal de Segurança nas Escolas com foco preventivo, protetivo e de resposta organizada a incidentes, estruturando diretrizes claras e estáveis para toda a rede de ensino e seu entorno. Trata-se de matéria de interesse predominantemente local, adequada à competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual (Constituição Federal, art. 30, I e II), sem criar órgãos, cargos ou interferir na organização interna do Executivo. A técnica normativa adotada fixa objetivos, princípios e parâmetros gerais, remetendo a operacionalização, fluxos, padrões técnicos e responsabilidades específicas ao regulamento, preservando a separação de Poderes e a discricionariedade administrativa.

A proposta alinha-se às garantias do Estatuto da Criança e do Adolescente — especialmente ao dever de prioridade absoluta e à proteção integral — e dialoga com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que atribui às instituições de ensino deveres de zelar pela integridade dos estudantes, organizar sua convivência e assegurar ambiente propício à aprendizagem. Converge, ainda, com metas do Plano Nacional de Educação relacionadas à melhoria do clima escolar e da qualidade da educação, reconhecendo que ambientes seguros são pré-condição para o direito de aprender. Ao estabelecer planos locais de segurança e convivência, rotas acessíveis de evacuação, comunicação institucional responsável, treinamentos e simulados, a lei reforça o dever público de prevenir riscos e promover cultura de paz, mediação e práticas restaurativas, em conformidade com marcos pedagógicos contemporâneos.

Do ponto de vista jurídico-constitucional, o desenho evita vício de iniciativa. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (Tema 917) admite leis de iniciativa parlamentar que instituam políticas públicas, fixem diretrizes e gerem obrigações de fazer à Administração, desde que não alterem a estrutura administrativa, não criem cargos nem modifiquem o regime jurídico de servidores. É exatamente o que se observa: a lei delineia fins e balizas (diagnóstico de riscos, planos locais, comunicação, treinamentos, cooperação intersetorial, transparência com proteção de dados) e deixa o “como” ao Executivo por ato regulamentar, inclusive definindo padrões técnicos, matrizes de risco e instrumentos de parceria.

A proposta incorpora boas práticas reconhecidas em níveis internacional, federal, estadual e municipal. No plano internacional, inspiram o texto abordagens consolidadas como a prevenção pelo desenho ambiental (CPTED), que recomenda visibilidade natural, controle de acessos e eliminação de pontos cegos; os protocolos de avaliação de ameaça comportamental (threat assessment), derivados de estudos do U.S. Secret Service Safe School Initiative, que priorizam identificação precoce de sinais de risco e resposta multidisciplinar; e as recomendações da UNESCO/OMS sobre planejamento anual, simulados, comunicação





# CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

Câmara Municipal Pva do Leste-MT	
FL. nº	Rub
005	/

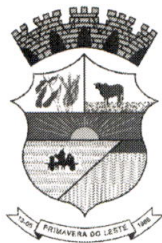
responsável em crises, reforço de vínculos e “escolas seguras e saudáveis”. No campo da saúde pública, evidências do CDC salientam que o fortalecimento do pertencimento escolar (school connectedness), a oferta de atividades de participação estudantil e a comunicação tempestiva com famílias reduzem comportamentos de risco e melhoram o clima escolar. Tais referências foram traduzidas para diretrizes legais abertas, executáveis por regulamento e adaptáveis à realidade local, sem impor tecnologias, marcas ou soluções únicas.

No contexto nacional e subnacional, a lei articula segurança escolar com políticas de convivência, cultura de paz, assistência social, saúde mental e mobilidade segura no entorno, respeitando competências setoriais. A cooperação com órgãos estaduais e federais de segurança pública, defesa civil, Ministério Público, conselhos tutelares, universidades e organizações da sociedade civil é prevista sem exclusividade e condicionada à regulamentação, permitindo formação continuada, protocolos emergenciais e metodologias restaurativas sem criar estruturas permanentes na lei. O texto ancora a transparência e o monitoramento nos princípios da Lei de Acesso à Informação e da Lei Geral de Proteção de Dados: determina divulgação apenas de informações agregadas e anonimizadas, define minimização, prazos de guarda e descarte seguro de imagens, proíbe captação em ambientes íntimos e admite relatório de impacto em proteção de dados quando a tecnologia envolver coleta sistemática de dados pessoais. Com isso, concilia publicidade e controle social com a tutela da privacidade de crianças, adolescentes e profissionais.

O componente operacional foi cuidadosamente desenhado para viabilidade administrativa e orçamentária. A lei prioriza melhorias de baixo custo no entorno imediato (sinalização, iluminação, travessias), recomenda projetos-piloto e implementação gradual antes de expansão e explicita neutralidade tecnológica, interoperabilidade e vedação a “lock-in” com fornecedores, assegurando concorrência, portabilidade de dados e continuidade de serviço. Prevê, ainda, contingências para falhas de energia e comunicação, gestão de visitantes e voluntários com identificação e termos de responsabilidade, comunicação institucional contra boatos e pânico, e ações de posvenção e retorno seguro após incidentes — elementos frequentemente apontados em relatórios técnicos como gargalos que agravam riscos quando ausentes.

Do ponto de vista pedagógico e comunitário, a lei reforça o protagonismo da escola e da comunidade escolar na elaboração anual do Plano Local de Segurança e Convivência, com revisão após incidentes graves, inclusão de rotas acessíveis e cronograma de treinamentos adequados à faixa etária, além de encaminhamentos à rede de proteção sempre que sinais de risco forem identificados. Ao proteger denunciante de boa-fé contra retaliações e instituir canal acessível para comunicação de riscos, a política incentiva a denúncia responsável, reduz subnotificação e acelera respostas, fortalecendo a confiança no sistema.

Por todo o exposto — fundamento constitucional e infraconstitucional, aderência à



# CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

Câmara Municipal Pva do Leste-MT	
Fl. nº <b>006</b>	Rub 

jurisprudência sobre iniciativa parlamentar, incorporação de evidências e boas práticas internacionais, federais e locais, observância de transparência e proteção de dados, neutralidade tecnológica, viabilidade operacional e orçamentária, e foco em cultura de paz, prevenção e acolhimento — a Política Municipal de Segurança nas Escolas apresenta-se juridicamente sólida, tecnicamente exequível e socialmente necessária. Sua aprovação contribuirá para o direito à educação em ambiente seguro e acolhedor, a proteção integral de crianças e adolescentes, a dignidade dos profissionais da educação e o fortalecimento do laço entre escola, família e comunidade. Recomenda-se a aprovação.